

## ENTREVISTA

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Angela Kleiman (UNICAMP)**

*Cosme Batista dos Santos*  
*Maria Nazaré Mota de Lima*

Angela Kleiman possui graduação em Letras pela Universidade de Chile (1967), mestrado em Linguística - University of Illinois (1969); doutorado em Linguística - University of Illinois (1974) e pós-doutorado no Center for the Study of Reading na University of Illinois e na University of Georgia (1982-1983). Atualmente é Professor Titular colaborador voluntário na Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: leitura, formação do professor de língua materna e letramento.

Em suas áreas de atuação, publicou e organizou os seguintes livros e coletâneas: *Leitura: Ensino e Pesquisa* (1989, 2011); *Texto e Leitor: Aspectos cognitivos da leitura* (1989, 14<sup>a</sup> ed. 2011); *Oficina de Leitura*, (1993, 14<sup>a</sup> ed. 2012), *Leitura e Interdisciplinaridade: Tecendo redes nos projetos da escola* (1999, 2009, com Silvia Moraes), *Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e escrever?* (2005, 2010); *Oficina de Gramática. Metalinguagem para principiantes* (2012, com Cida Sepulveda), Também organizou várias coletâneas que reúnem trabalhos importantes nas suas áreas de atuação: *Os significados do letramento* (1995, 2010); *A Formação do Professor. Perspectivas da Linguística Aplicada* (2001, 2009), *O ensino e a formação do professor* (2000, com I. Signorini); *Letramento e Formação do Professor. Práticas discursivas, representações e construção do saber* (2005, 2009, com Maria de Lourdes M. Matencio); *Linguística Aplicada: suas faces e interfaces* (2007, com M. Cavalcanti); *Letramentos Múltiplos: agentes, práticas e representações* (2008, com Maria Do Socorro Oliveira).

Angela Kleiman é também nossa parceira em estudos de letramento e formação do professor, especialmente, em projetos que estudam os modos de inserção de grupos subalternizados em práticas de letramento. Como parte dessa parceria, a pesquisadora atuou como consultora em um projeto de pesquisa sobre o letramento do professor alfabetizador no local de trabalho, coordenado por Cosme Batista dos Santos, e atuou

como convidada em eventos da linha de Pesquisa Letramento, identidades e formação do professor do Mestrado em Crítica Cultural (UNEB/Campus II).

Nesta entrevista, os editores trazem um conjunto de questões que são levantadas em nossas reuniões de linha e em uma parte significativa das dissertações concluídas e em andamento. Para nós, é um privilégio enorme poder apresentar para os nossos mestrandos e demais pesquisadores, as reflexões de Angela Kleiman sobre a prática social da escrita, especialmente, no momento em que o livro *Os significados do Letramento*, organizado por ela, está próximo de fazer 20 anos de sua primeira edição. Nesse sentido, as respostas apontam os desafios e a atualidade do tema, as perspectivas da investigação sobre a participação de minorias etnicorraciais nas práticas de letramentos da escola, as novas demandas conceituais dos estudos de letramento, além de outras reflexões fundamentais para a formação dos novos pesquisadores e para o fortalecimento dos estudos em curso na linha Letramento, identidades e formação de professores.

Cosme Santos - Quais os desafios das pesquisas em Letramento nas periferias da América Latina?

Angela Kleiman - Entre os pesquisadores que trabalham com a educação, considera-se crucial pensar em políticas públicas inclusivas para todos os que têm sido historicamente barrados da escola e do sistema educacional, abrangendo desde os programas de EJA até as políticas afirmativas e sistemas de vagas especiais para ingresso na Universidade. Porém, muitas das políticas públicas partem do pressuposto de que a escrita é independente de contextos e condicionantes sociais e que aprender a ler e escrever é um fato natural da vida, o que leva à reprodução de crenças sobre o ensino da língua escrita que concebem os problemas que os alunos das classes mais populares encontram na escola ou na universidade como um problema deles próprios, devido a “incapacidades” e “déficits” desses alunos para lidar com demandas escolares ou acadêmicas. Em outras palavras, esse modelo dominante sobre a leitura e a escrita não reconhece no aluno a capacidade de aprender e não encoraja a contestação das formas dominantes de usar a língua escrita. Um dos maiores desafios para os pesquisadores que trabalham na perspectiva dos Estudos do Letramento, que são críticos e situados, é o de combater esses modelos dominantes, visando a serem

ouvidos pelos órgãos governamentais que determinam as políticas públicas, cujos programas, a maioria das vezes, têm usado o termo letramento apenas para dar nome novo a velhas práticas.

Cosme Santos - O que os estudos do letramento acrescentaram à elaboração de Políticas de formação do professor na realidade brasileira?

Angela Kleiman - Há programas federais que levam em conta os Estudos do Letramento para traçar diretrizes nas políticas de alfabetização, como nos Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental, para as séries iniciais do antigo Ensino Fundamental de 8 anos, assim como há, também, programas de formação, como o Pró-letramento, ou, mais recentemente, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que incorporaram o conceito de letramento nos materiais destinados à formação continuada de alfabetizadores. Entretanto, a mais importante contribuição dos estudos do Letramento não está relacionada a uma questão técnica mas a uma questão ideológica: as pesquisas na área mostram que as práticas de letramento não são neutras, objetivas, acessíveis a todos os que as desejam. São, pelo contrário o palco em que se encenam relações de poder, relações identitárias, e outras, que geralmente determinam o insucesso daqueles grupos que estão à margem de práticas dominantes de uso da língua escrita (como as acadêmicas, as jornalísticas, as burocráticas). O grande problema é que essa contribuição não tem recebido a devida atenção. Em decorrência disso, a concepção da escrita dos Estudos do Letramento tem tido muito pouco impacto nas políticas públicas, que adotam uma concepção técnica, ligada a método, do letramento. Parece-me que isso se deve, em parte, a uma relação de poder desigual na pesquisa acadêmica: os paradigmas qualitativos de pesquisa da vida social não são considerados suficientemente científicos e perdem força frente a metodologias quantitativas, estatísticas. Ambas são necessárias: a pesquisa qualitativa nos permite examinar as práticas discursivas que tornam algumas agências de letramento – por exemplo, grupos comunitários, movimentos sociais – mais bem sucedidas do que outras, o que pode ser um subsídio importante para programas que atendem as minorias, como a alfabetização de jovens e adultos. A ponderação dos dados estatísticos com resultados da pesquisa qualitativa pode produzir uma interface reveladora dos reais problemas de ensino e poderia em muito contribuir para a

elaboração de políticas mais eficientes. Isto foi, de fato, o que o primeiro INAF (2001) tentou fazer, ao incluir perguntas sobre práticas de letramentos na sua prova. Mais promissor me parece o campo da formação do professor, inclusive de alguns cursos de graduação nos quais houve, recentemente, mudanças significativas para tornar o ensino dos alunos que aí chegam, uma prática situada, que leva em conta os letramentos não dominantes que os alunos trazem (menciono o curso de Letras na PUC-MG, e o da UFPB, campus de João Pessoa, que conheço diretamente porque pesquisadores que participaram dessas reorganizações são membros do Grupo de pesquisa Letramento do Professor). Há muito por fazer ainda nesse campo.

Nazaré Lima - Qual é o papel dos grupos minoritarizados na definição das políticas de letramento para educação escolar?

Angela Kleiman - Numa sociedade ideal, caberia aos próprios grupos minoritários a definição das políticas de letramento na escola e na universidade. No contexto real, parece-me que uma opção de transformação pode advir da participação em atividades políticas de todo tipo: aulas para vestibulares populares, formação de lideranças nas comunidades de grupos engajados em lutas (pelo direito à terra, a uma educação pública de qualidade, etc.), sempre acrescentando o objetivo de formação de quadros para a ocupação, por parte das minorias, de posições de representação em conselhos e comissões deliberativas. A participação em movimentos de diversas instituições traz consigo a construção de outras novas redes sociais, também voltadas para algum problema de desigualdade e conflito intercultural. Além disso, essa maior participação desses grupos minoritários permite que as práticas de letramento deles sejam mais valorizadas e isso pode levar a uma mudança de perspectiva em relação ao que é considerado melhor, mais importante, mais correto. Acho importante enfatizar que essa participação deve ser propositiva, porque ainda nos contextos em que se busca a inserção dos grupos minoritários nas práticas dominantes, perpetuam-se ações que colocam esses grupos em posições subalternas, que reproduzem a desigualdade e assim por diante, como as dissertações e teses de alunos do meu grupo de pesquisa mostram.

Cosme Santos - o que a perspectiva teórica dos “Novos Estudos do Letramento” acrescenta à perspectiva teórica de alfabetização, conforme proposto por Paulo Freire?

Angela Kleiman - Eu gostaria de passar longe daquilo que me parece uma falsa polêmica sobre a necessidade do termo letramento quando a palavra alfabetização, no sentido freiriano, já inclui a noção que letramento denota, pois diz respeito à utilização da escrita em práticas sociais. Considero essa discussão estéril, que pouco ou nada acrescenta ao que sabemos sobre os usos dominantes e vernáculos da língua escrita. Também gostaria de fazer uma ressalva ao uso da denominação “Novos Estudos do Letramento” para fazer referência aos Estudos do Letramento no Brasil que são, todos eles, novos. Faria sentido falar de novo numa frase como “Novos estudos da alfabetização”, a tradução mais próxima do termo inglês “New Studies of Literacy.” Aqui inventamos um novo termo, letramento (e nesse sentido os nossos Estudos do Letramento foram desde sempre “novos”), diferentemente de lá, onde adicionaram um adjetivo para diferenciar a perspectiva socio-histórica e cultural (do letramento) da perspectiva individual de aquisição e uso da escrita.

Em relação aos acréscimos, considero que não há muita diferença nos dois enfoques quanto à concepção do sujeito de conhecimento e do objeto de estudo, pois ambos a Pedagogia de Paulo Freire e os Estudos do Letramento são estudos críticos. Quando Paulo Freire nos diz que precisamos ir além da compreensão rígida da alfabetização como uma técnica de lidar com letras e palavras, para “começar a encará-la como a relação entre os educandos e o mundo, mediada pela prática transformadora” o conceito de letramento não tem nada a acrescentar, do ponto de vista epistêmico. Porém do ponto de vista metodológico e teórico analítico há muitas diferenças: as pesquisas na educação voltam-se para os princípios pedagógico-filosóficos ou para as metodologias da alfabetização, enquanto as pesquisas no campo dos Estudos do Letramento voltam-se para os usos da língua escrita na vida social, e dialogam com as Ciências Sociais, como a Antropologia, a Sociologia, os Estudos Culturais, e com as Ciências da Linguagem, especialmente a linguística da Enunciação, a Análise do Discurso e os estudos da Interação. Como linha de pesquisa de uma disciplina que investiga os usos da linguagem na vida social (i.e., a Linguística Aplicada), os estudos do letramento no Brasil têm focalizado as microrrelações que são instituídas através de linguagem, em contextos institucionais com desigualdades de poder e têm conseguido

mostrar o uso da língua escrita como uma barreira, como coadjuvante no **processo** de construção do fracasso do aluno pobre, do silenciamento dos alunos negros na universidade, da exclusão das mulheres e dos índios, da desvalorização da alfabetizadora. Os dados que as abordagens dos estudos do letramento trazem são absolutamente necessários para mostrar a esses grupos minoritários como funcionam os letramentos dominantes e para instrumentalizá-los para que resistam e transformem essas práticas, partindo dos letramentos que eles já trazem. Como afirmam as alunas do meu grupo que trabalha(ra)m com movimentos negros, essa abordagem permite ver como as populações negras têm resistido, construindo letramentos de “reexistência”.

Nazaré Lima: na sua opinião, contemporaneamente, parece haver uma tendência para maior abertura dos estudos linguísticos no sentido de incorporar reflexões geradas em áreas outras do conhecimento. Que diálogos interdisciplinares interessam hoje ao linguista aplicado?

Angela Kleiman - Eu não consigo ver uma maior abertura dos estudos linguísticos. O objeto de estudo e os objetivos do linguista são outros e, quando ele incursiona pelo campo do ensino, ou das relações entre linguagem, estruturas sociais e instituições, ele ainda considera que a Linguística Aplicada é uma aplicação da linguística e passa muitas vezes a questionar a pertinência de todo e qualquer conceito que tenha surgido no campo da Linguística Aplicada pelo diálogo com outras áreas do conhecimento. Isso devido ao nome da nossa área, que faz sentido do ponto histórico, mas não de uma perspectiva sincrônica. Em outras palavras, quando a Linguística Aplicada surgiu no Brasil, havia de fato uma relação de dependência com a Linguística, ciência dominante, mas houve um **movimento de emancipação em relação à Linguística, timidamente esboçado nos anos de 1980 que foi se afirmando mediante a reivindicação da transdisciplinaridade da área. Da perspectiva do linguista aplicado, portanto, há uma grande abertura.** Hoje, os diálogos mais interessantes na nossa área são aqueles que tomam como objeto de estudo a vida social e a dinâmica da vida social e suas complexas relações de gênero, etnia, identidades, classe social, como a Sociologia, a Antropologia Cultural, os Estudos Culturais. Considero também que o linguista aplicado continua sendo aberto à incorporação dos conhecimentos linguísticos, particularmente aqueles produzidos pelas teorias enunciativas e

discursivas. São esses estudos os que imprimem uma diferenciação em relação a outros e permitem dar especificidade à contribuição do linguista aplicado para os estudos da vida social, uma contribuição que focaliza, especificamente, os usos constitutivos da linguagem na transformação de relações poder, nas desigualdades sociais, culturais, epistêmicas, na construção de identidades, entre outras.

RECEBIDO EM: 01 de novembro de 2012

APROVADO EM: 13 de dezembro de 2012